
110ª SESSÃO ORDINÁRIA 07NOV2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Gostaria de registrar a presença do Sr. Altir Ferro, vereador de Nova Prata, presente nesta Casa, na tarde de hoje.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Colegas vereadores, vou ser bastante breve, mas eu requisito este Tempo de Presidente para, desde já, pedir cópia das transcrições taquigráficas desta Casa. Eu faço questão, Presidente Mauro Pinheiro e Srs. Vereadores, de assim fazer para, logo em seguida, encaminhar a cópia ao Sr. Cônsul do Japão em Porto Alegre, e, ao encaminhar a cópia ao Cônsul do Japão, quero encaminhar ao presidente da câmara de vereadores da cidade-irmã de Porto Alegre, Kanazawa, e me dirigindo a ele, a todos os vereadores daquela cidade e também ao prefeito da cidade de Kanazawa. Faço isso no dia de hoje antes de apresentar aos colegas o relatório de viagem, que é muito extenso e vai tomar muito mais tempo, e eu quero, inclusive, juntar fotografias, filmes e fazer uma apresentação mais completa e mais extensa. Quero, antes disso, porque o Cônsul do Japão me pediu um horário, as notas taquigráficas exatamente para remeter, aqui da Câmara de Vereadores, em nome da Presidência, em nome da instituição, um agradecimento ao povo da cidade de Kanazawa, representado pela sua câmara de vereadores e pelo seu prefeito municipal, pela forma generosa – Ver. Mauro Pinheiro, nós já tínhamos sido convidados em junho deste ano, eu não pude ir – com que o convite se reiterou e pelo carinho, pelo cuidado, pela atenção e, volto a dizer, pela generosidade e pela educação do povo do Japão, pelo qual eu fui recebido tanto na capital, em Tóquio, quanto na cidade-irmã de Porto Alegre, que é Kanazawa. Kanazawa deve estar numa distância de mais ou menos 400 quilômetros de Tóquio, e o acesso àquela cidade, hoje, é por trem-bala. Quero dizer que desde o momento em que nós

chegamos no aeroporto de Tóquio existiam duas pessoas enviadas aqui do Brasil para que nos esperassem no aeroporto de Tóquio, um casal, a Professora Keiko, que é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutora em Engenharia Química, e seu esposo, Sr. Wada, que são membros da comunidade japonesa, eles saíram aqui de Porto Alegre especialmente para ir até o Japão e nos esperar. Esperaram-nos no aeroporto, no momento do desembarque, nos acompanharam no traslado do aeroporto até a estação de trem, nos acompanharam até Kanazawa, lá em Kanazawa, além deles, estavam esperando o Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre dois funcionários da Prefeitura Municipal especialmente designados para ciceronear o Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre e acompanharam o Presidente durante todo o tempo – pela manhã cedo, quando acordávamos, até o último compromisso da noite, todos os dias, em todos os momentos.

Então eu quero deixar esse registro de gratidão, Srs. Vereadores. Repito: há uma cultura que é milenar, há uma educação que é difícil de se encontrar em qualquer outro lugar, é um país que – algo que chama atenção, que salta aos olhos – não tem uma lixeira na rua, mas não tem um papel de bala no chão, não há lixo. Há uma consciência do povo em relação à sua cidade, aos seus espaços, ao que é público. Num determinado momento, eu vi que tinha alguma coisa no chão, a moça que vinha passando se encarregou ela própria de recolher e colocar na sua bolsa para levar para casa. Eu falo isso para dizer, entre outras tantas coisas, dessa educação, do respeito às questões de protocolo, às questões de horário, às questões da disciplina e à forma generosa com que o Presidente da Câmara foi recebido. Logo que entro na Prefeitura, me deparo com um painel com a foto do ex-prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela, e com a foto do ex-prefeito Tarso Genro. As duas fotos lá, foram dois visitantes oficiais de Porto Alegre. Tem um parque na cidade que tem uma réplica, não do tamanho original do nosso Paixão Côrtes, do Laçador, mas num tamanho natural, do tamanho de um homem, no tamanho real, num parque da cidade, uma estátua de bronze maciça, que foi uma doação que Porto Alegre fez à cidade de Kanazawa. No ano passado, Kanazawa mandou 15 pessoas a Porto Alegre, dentre as quais, o Ver. Cassio inclusive recebeu aqui, o presidente, quatro vereadores da câmara municipal e o vice-prefeito. Tiveram o cuidado de mandar quatro artesãos a Porto Alegre, especialmente para reproduzir uma lanterna de pedra, que em japonês se chama *kotoji toro*. Essa lanterna de pedra é um dos grandes monumentos que

está no parque, que é um jardim botânico, em Kanazawa, e este monumento, o *kotoji toro*, a lanterna de pedra, é um dos principais monumentos que está lá, e eles mandaram como uma doação a Porto Alegre. Está instalado hoje aqui no nosso parcão.

Enfim, eu quero fazer esse registro para, de forma oficial, e através das nossas notas taquigráficas, transmitir isso ao governo do Japão, ao Sr. Cônsul do Japão, em Porto Alegre, ao Sr. Prefeito Municipal, e muito especialmente aos nossos vereadores, colegas vereadores da cidade de Kanazawa, com a minha mais profunda gratidão, com o meu mais profundo reconhecimento e dizer que nós temos muito do Japão aqui conosco. Para que os senhores tenham uma ideia, têm mais restaurantes de comida japonesa, hoje, em Porto Alegre, do que churrascarias. Existem mais escolas de artes marciais, com vinculação com a cultura japonesa, do que escolas de futebol, para nós termos uma ideia como as nossas culturas estão impregnadas uma na outra. Isso é muito bom, e eu acredito que nós temos ainda muito mais a aprender com o povo japonês, que é parte fundamental da própria cultura e da tradição brasileira no dia de hoje.

Então, mais uma vez, em meu nome, em nome do nosso Parlamento, o meu mais profundo muito obrigado, o meu reconhecimento e a minha gratidão à forma generosa como fui recebido por aquele povo tão amigo e que faz parte hoje, como disse, da própria cultura brasileira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Valter; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Para iniciar os trabalhos, queria dialogar um pouco com os colegas vereadores e vereadoras, de modo especial os meus colegas da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, porque a reportagem nos jornais hoje fala muito do Hospital Beneficência Portuguesa. Nós sabemos que há pouco tempo o Hospital Beneficência Portuguesa fechou as portas por um endividamento por falta de gestão. Naquela ocasião, e ainda perdura até hoje, a

antiga gestão foi mal, foi tão ineficiente que deixou um débito de mais de R\$ 8 milhões com o gestor municipal, isso é, com a Prefeitura Municipal, e mais de R\$ 80 milhões com prestadores de serviço, com fornecedores e assim por diante. Assume uma nova entidade, uma nova associação que, até então, está atendendo só convênios. Durante muitos e muitos anos, ou a vida toda do Beneficência, foram investidos ali muitos recursos públicos com a compra de muitos equipamentos. Esses equipamentos foram pagos com recurso público. Vejam só: o hospital, reaberto em julho deste ano com uma nova gestão, continua atendendo somente convênios particulares! É justo que alguém utilize recursos públicos e não os transforme em serviços para a população? É ilegal, é injusto, é desproporcional. Acho que cabe uma ação enérgica – Ver. Cassio, Ver. Brum, Ver. Freitas, enfim, todos os vereadores da Comissão de Saúde – ou chamá-los para a responsabilidade, ou nós irmos visitá-los, porque é inadmissível que tenha uma emergência, como tem lá, com eles alegando que não são procurados para atendimento. O que é isso? Vamos dizer publicamente para a sociedade que, a partir do dia tal, estão atendendo pelo SUS ou que estão atendendo a população enquanto o gestor público não dá retorno desse convênio. Mas me parece que, enquanto essa associação não pagar a dívida com o Poder Público, eles não atenderão pelo SUS. E essa novela pode se prolongar por muitos e muitos anos. Aí eu pergunto: e todo o investimento que o Poder Público fez lá com recurso público municipal, estadual e federal, e muitas emendas parlamentares, dinheiro público?

Eu acho que cabe ao Poder Público municipal dizer quais as condicionantes para tentar renovar o convênio e qual o compromisso dessa associação beneficente com a sociedade de Porto Alegre. Nós sabemos que a maioria das emergências demoram de quatro a oito horas para atender ao cidadão. Nós sabemos que toda a rede municipal conveniada em nível ambulatorial, sejam hospitais filantrópicos ou o próprio Poder Público, marcam uma consulta para daqui a seis meses, um ano; e uma cirurgia pode chegar, em muitos casos, a dois anos. Tem cidadãos que estão há dois anos e não foram chamados. Aí alguém que vem de fora assume uma entidade com investimentos públicos vultosos e não se pronuncia. É essa associação que tem o compromisso de quitar a dívida com o Poder Público e dizer que querem renovar o convênio para atender à sociedade. Senão ela está se aproveitando dessa dura e triste realidade da falência de mais um hospital em Porto Alegre, como aconteceu com o antigo hospital Lazzarotto, que faliu e, recentemente, lá na

Zona Sul, o Hospital Parque Belém. E o que foi feito com todo esse recurso investido nos equipamentos, na infraestrutura, com o dinheiro público? É lamentável. Acho que nós temos o compromisso de fiscalizar esses serviços, e o poder público municipal tem também o compromisso de poder dizer que tipo de parceria foi feita com a Prefeitura Municipal, com a Secretaria da Saúde, e qual o retorno que dará para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas, todos que nos acompanham na tarde de hoje, rapidamente subo à tribuna para dividir com os colegas e com todos mais notícias boas. Vimos, noticiado na área da saúde, que a ortopedia reduziu sua fila para atendimento pelo Sistema Único de Saúde, praticamente pela metade nos últimos oito meses. Em janeiro deste ano, havia 26.335 solicitações para essa área, caíram para 13.494 solicitações, na ortopedia. Então, estamos aqui mais uma vez, como tem sido recorrente, parabenizando o governo Marchezan, através da equipe da Secretaria de Saúde e dos secretários Erno e Pablo. Sr. Djedah, que está aqui, peço que transmita o nosso abraço a toda equipe técnica da saúde. E não menos importante, saudar o trabalho que vem sendo desenvolvido no Sine municipal, pelo diretor Balardin, que, em mais uma ação – e Ver. Paulo Brum, V. Exa. que tem lutado muito, na sua trajetória, pelas pessoas com deficiência – oferta 232 vagas de emprego num mutirão para pessoas com deficiência. Quero dividir com vocês essas notícias e dizer, sim, que agora, passado o momento eleitoral, que por vezes contamina o nosso plenário, esperamos que, no final de 2018 e durante 2019, consigamos atingir os objetivos para sanear e diminuir o déficit que temos, avançando nas áreas importantes desta Cidade, para a Cidade sair do momento crítico em que se encontra, assim como o Estado e o País. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Moisés.

Esta presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro gostaria de cumprimentá-lo, Presidente, pela viagem, pelo relato que V. Exa. nos fez aqui da recepção da nossa cidade-irmã Kanazawa. Parabéns pela sua postura como Presidente e por nos representar também no Japão.

Eu queria falar em pauta sobre um projeto do Ver. Aldacir Oliboni, que apresenta um projeto, dentro das suas convicções, da sua visão de estado e da sua visão de empresa; no caso de visão de empresa, é para quebrar a empresa de vez. Imagina transformar a Carris numa empresa de patrimônio histórico e cultural. Ela é uma empresa pública, que presta e prestou grandes serviços para a população de Porto Alegre. Ela é originária... O controle acionário, eu acho que era português, pelo menos, eu vejo lá em Portugal uma Carris também. Como é que nós vamos transformar uma área daquele tamanho, uma garagem de ônibus, em patrimônio histórico e cultural? Nós podíamos usar qualquer outra coisa, mas patrimônio histórico e cultural é para desmoralizar quem se preocupa com patrimônio histórico e cultural. Desmoraliza esse pessoal. Como é que nós vamos transformar a Carris em patrimônio histórico? Até que tem uma história bonita, mas eu acho que nós temos que fazer projetos para recuperar a Carris, deixá-la viável, tirar aquilo que não a ajuda. Agora, patrimônio histórico-cultural do Município de Porto Alegre, com todo o respeito, acho que não. Eu concordo somente com a preocupação do Ver. Aldacir para que a empresa continue prestando os bons serviços, agora como? Nós temos que achar a viabilidade econômica da empresa e não viabilidade cultural e histórica. Quantas empresas centenárias, Ver. Cassio Trogildo, nós temos no Brasil que acabam sucumbindo? E não tem como elas serem declaradas como patrimônio histórico-cultural,

mesmo que tenham muita história. Nós temos aqui perto a fábrica da Renner, não as lojas Renner, histórica: fechou; a metalúrgica Matarazzo, que estava na Av. Assis Brasil; a Wallig, da Av. Assis Brasil, que hoje é um *shopping*. Quantas empresas nós tivemos em Porto Alegre que simplesmente sumiram por alguns motivos, mas o principal motivo é o econômico, a viabilidade econômica. Então, nós temos que achar é a viabilidade econômica para manter a Carris, ver qual o custo para se manter uma empresa, ver o benefício que ela traz para a população, quanto custa para manter esse benefício, se tem outra empresa que faria o mesmo serviço por muito menos preço, mas transformá-la em patrimônio histórico e cultural, para deixá-la imobilizada nos dois sentidos: no de se viabilizar politicamente e mobilizar uma área daquelas de garagem de ônibus, não pode ser patrimônio cultural. Acho que nós temos muito que falar sobre isso, preservando a boa intenção do Ver. Oliboni, mas não é por aí. Não é através desse tipo de projeto que nós vamos recuperar uma empresa importante como a Carris. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente, bem-vindo, bom retorno. Pela oposição, eu quero, então, tratar do tema que foi trabalhado em audiência das duas comissões, CECE e CEDECONDH, no dia de ontem. Quero agradecer a participação muito forte, muito presente e dedicada dos vereadores e vereadoras da oposição.

Eu, que estava afastada nesses dias, acompanhei, ouvindo, recebendo o retorno de pais, de mães que estavam surpresos com essa audiência, com a insistência dos inconformados com as manifestações de jovens em ter punições a escolas e a professores. Questionei bastante o presidente da CECE e a própria Comandante Nádia, liguei para ambos, porque como isso não foi decidido pelas comissões, eu não sabia do caráter e nem que tipo de questionamento estava em pauta. Quero dizer que estava muito preocupada, sim, que houvesse exposição de criança e de adolescente, ou que houvesse calúnias a professores e a professoras. Não foi o que aconteceu, acho que foi uma reunião, pelos relatos que tenho, muito importante nas falas institucionais. Eu não esperava outra coisa, que todas as instituições garantissem que os nossos espaços

escolares, como os espaços todos da sociedade, devam privilegiar a convivência da divergência. A convivência pacífica, a convivência libertária, o exercício da empatia, o exercício do argumento e do contra-argumento, com respeito ao outro. Porque, se não for e não iniciar lá na escola o lugar da democracia, da construção de sujeitos democráticos, o que se esperará de uma sociedade? Exatamente o inverso do que vivemos nessas eleições, de agudos ódios e manifestações de aniquilamento dos outros, que não queremos que aconteça mais na sociedade, e nós precisamos evitar que aconteça entre jovens adolescentes e, quiçá, entre crianças.

Tive informações de mães de que uma das manifestações foi organizada por jovens, no domingo à noite, em solidariedade a colegas que se assumiram *gays* e que estavam se sentindo aterrorizados, por isso as manifestações tinham a bandeira do movimento LGBT, olhem que linda a origem das manifestações. Alguns tentaram manipular dizendo que seriam induzidas por professores com ações ou com opiniões político-partidárias, que inclusive divulgavam em sala de aula, e eu tinha certeza de que não era assim. Quero dizer aos senhores e às senhoras que confio por demais nos professores e nas professoras, porque eles fazem esse debate de maneira exaustiva: qual papel da educação, o quanto a educação tem responsabilidade de fazer que alunos e alunas tomem as suas próprias decisões, se alimentando do construído pela humanidade, mas passem a se posicionar de forma livre, conhecendo ambos os lados. Esse é o debate da educação que não quer mais servir a uma ideologia ou outra e quer, sim, ser o lugar de construção de sujeitos, homens e mulheres, livres e libertários.

Pois bem, algumas falas de ontem ainda nos preocupam muito, mas eu tenho certeza de que foram isoladas, uma delas era: “Quando um pai entrega um filho à escola, entrega um HD em branco e o professor programa”. Eu quero desmontar essa ideia, as crianças, os adolescentes não são um HD em branco, não são uma folha de papel em branco em que vai ser impresso ali o mundo. As crianças trazem a história da sua família, da sua cultura, do seu pensamento, da sua capacidade de interação, de escuta e de diálogo. Exatamente a educação freireana, que é tão combatida, respeita essa condição de sujeito, que tem que ser ouvido, que tem ideias próprias e tem uma cultura própria. Exatamente quem é freireano tem esse respeito e não acredita nessa folha em branco.

Outra fala que ainda apareceu ontem: “As escolas estão dominadas por pessoas que querem manipular” – inverdade, equivocada! As direções das escolas onde as

manifestações aconteceram lidaram muito bem, eu não tenho nenhuma queixa. Houve manifestações de todos os lados, de ambos os lados, de ambas opiniões e as escolas conseguiram, com maestria, evitar violência, evitar *bullying*, evitar perseguições, isso que é muito importante, não haver manipulações e sim a possibilidade da expressão diferenciada. Mais uma fala: “Dentro das salas de aula, os alunos estão sendo lobotomizados, esses canalhas não vão roubar as mentes dos nossos jovens”. São lamentáveis essas falas, eu sei que são pontuais, eu tenho certeza de que foram respondidas, Ver. Prof. Alex, à altura, com elegância, com conhecimento pedagógico, com respaldo na LDB, com respaldo na Constituição, no Estatuto da Criança e Adolescente, jamais qualquer professor pode ser acusado de lobotomizar alunos jovens e adolescentes. Que nós possamos celebrar a democracia, possamos celebrar a autoridade e liberdade que tem de cátedra o professor, o profissional da educação, principalmente a diversidade que a sociedade precisa preservar para não haver mais fascismo, absolutismo e não se expandir a violência nas relações humanas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, seja muito bem-vindo à Câmara Municipal. Ver.^a Sofia, lastimo profundamente que a senhora não tenha estado presente no dia de ontem, que era o fórum adequado para este debate. É uma pena que a senhora não estivesse presente, porque era o local direcionado pela Ver.^a Comandante Nádia, através da presidência da nossa comissão, também pelo Ver. Tarciso, para isso. As falas foram feitas de ambos os lados aqui nesta tribuna, tínhamos um lado a favor das manifestações dos alunos no Colégio Rosário, também de tantos outros, assim como tínhamos, do outro lado, pessoas contra, os pais aqui também se sentiram coagidos pelo fato, por exemplo, de um aluno não poder portar, segurar a Bandeira do Brasil. Então, eu acho que as coisas têm que ser bem colocadas.

Vamos lá, eu até anotei alguma coisa. O Dr. Caio, médico oftalmologista, foi completamente contra as manifestações dos alunos, porque seus filhos, ainda pequenos, não conseguiram acessar o bar do colégio, não conseguiram fazer o seu lanche, tamanho

o tumulto na escola, e esta Casa só propiciou esse debate porque nós, através da imprensa, passamos a tomar conhecimento em blogues, em jornais, em rádios, na mídia escrita, na mídia falada. E a Câmara Municipal é, sim, a Casa do Povo. Então foi feito aqui um grande debate. Mas eu gostaria de chamar a atenção que essas agressões verbais não estão vindo de agora, pelo outro lado. Vamos lá: em 19 de novembro de 1997, na PUC do Rio de Janeiro, três estudantes distribuíram exemplares do seu jornal. O nome do jornal era O Indivíduo, distribuíram na porta da faculdade. Por manifestar suas críticas à política de cotas raciais, bem como a submissão intelectual do Movimento Negro Brasileiro ao modelo binário e de inspiração marxista do racismo norte-americano, os três foram cercados por um bando de militantes de esquerda, intimidados, tapeados e cuspidos, e os exemplares do seu jornal foram incendiados, e eles próprios ameaçados de ter o mesmo fim. Informada do assunto, a reitoria tomou o partido dos linchadores. Vamos para outro caso, e não seria a última vez em que reitores das universidades chancelariam a violência política contra quem não é da esquerda, eu tenho aqui vários exemplos. O padrão agressivo, intimidatório com que foram tratados os editores do jornal O Indivíduo da PUC do Rio de Janeiro só tem se agravado de 1997 para cá. Na Universidade Federal Fluminense, por exemplo, a perseguição política a alunos conservadores e liberais atingiu níveis alarmantes. Eu tenho vários exemplos, aqui, que eu poderia lhe dar. Então eu quero lhe dizer que estou, sim, muito preocupada com o ocorrido nas escolas, porque, para mim, escola deve ser um território neutro, um lugar de aprendizado e de diálogo onde as crianças e os jovens têm que aprender a ser cidadãos, aprender sobre patriotismo, democracia, ética e justiça. A escola não é um lugar para promover conflitos; a escola é um lugar para ter um clima de harmonia. Nós não podemos incentivar esse tipo de debate. Se for para haver debate, que a escola faça, programe um debate com mediação de adultos e não algo como aconteceu na cidade de Porto Alegre, que levou crianças a ficarem presas sem conseguir lanchar. Houve, sim, silêncio da escola, que só se manifestou após uma grande manifestação de pais e da imprensa, depois de pressão.

Então, eu sinto muito. Eu e o Ver. Marcelo, por sinal, do seu partido, Ver.^a Sofia, no que pese termos ideologias diferentes, combinamos a mesma decisão: encaminhar para que houvesse um debate entre alunos com mediador. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver.^a Mônica. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, Presidente Valter Nagelstein, público que, agora, toma as galerias da nossa Casa Legislativa. Eu agradeço à Líder do meu partido, Ver.^a Fernanda Melchionna, e ao meu colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, pela possibilidade da utilização do tempo de liderança do nosso partido, PSOL. Ontem, tivemos um debate bastante acalorado, na reunião conjunta das Comissões CEDECONDH e CECE, a respeito das manifestações políticas em algumas escolas do município de Porto Alegre. Ambos os lados tiveram a oportunidade de expor seus pensamentos, mas, em alguns momentos, eu fiquei bastante apreensivo, Ver.^a Sofia Cavedon, pela falta de informação que algumas pessoas manifestaram. Como professor de formação e há 18 anos em sala de aula, eu posso trazer algumas contribuições.

A minha área de formação acadêmica é a de ciências biológicas. Portanto, é um dos PCNs, é um dos parâmetros curriculares nacionais da minha área, portanto, minha obrigação, como professor, tratar questões de sexualidade nas nossas escolas. É isso o que dizem as nossas bases nacionais curriculares. A biologia se encarrega de tratar o tema sexualidade. Portanto, uso esse espaço para tentar trazer aos vereadores e vereadoras deste Município um pouco de informação. Há 18 anos trabalho em salas de aula, sou professor de biologia e, senhoras e senhores, existe uma diferença monstruosamente enorme entre os termos sexo e gênero. Sexo é uma condição biológica determinada por cromossomos sexuais que interferem na formação das glândulas sexuais: testículos, o indivíduo tem sexo masculino; ovários, o indivíduo tem sexo feminino. Dois sexos, é o que determina a biologia e os cromossomos que o indivíduo recebe dos seus pais.

Agora, Ver. Mendes Ribeiro, gênero não é um conceito biológico, não é; gênero é um conceito tratado na psicologia, gênero envolve outros fatores, não apenas o anatômico. Eu fico muito triste e muito decepcionado com a população que fala sem conhecimento. O gênero do indivíduo refere-se também à sua estrutura anatômica, mas principalmente em como o indivíduo se enxerga, como o indivíduo explora a sua sexualidade, como o

indivíduo se relaciona com outros seres humanos, ou seja, gênero é muito mais complexo, não pode ser feita uma análise simplista, o indivíduo não nasce com gênero pré-definido, não nasce! O indivíduo começa a manifestar e explorar a sua sexualidade, geralmente, na adolescência, é ali que ele se constrói como indivíduo, como personalidade, como ser único. Não existe ideologia de gênero, quem defende isso, prega o obscurantismo. O que existe é identidade, como a pessoa se identifica, como ela explora a sua sexualidade, como ela se sente, e o indivíduo geralmente explora a sua sexualidade quando chega à adolescência, quando começa a se conhecer, quando começa a tomar gosto pelas pessoas, pelos toques, pelo contato humano. Se uma criança pequena começa a manifestar a sua sexualidade, Ver. Mendes Ribeiro, que aqui me escuta com bastante atenção, é um sinal de alerta, porque essa criança precocemente sexualizada pode estar sendo vítima de abuso sexual, e geralmente quem é que percebe esses abusos? São os professores nas escolas. E geralmente os abusos acontecem com pessoas que são do convívio dessa criança!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Não, não, Ver.^a Comandante Nádia, não estou generalizando. Eu não digo que todo pai e mãe são abusadores, mas geralmente os abusos acontecem em casa! E são os professores e professoras que reconhecem isso! Que acionam o Conselho Tutelar, que buscam evitar que essa criança tenha os seus direitos, a sua integridade física e a sua sexualidade violados! Cercear esse debate, impedir que os professores tratem desse tema é ampliar a possibilidade que esses abusos sejam identificados e sejam cassados, que sejam encaminhados para o conselho tutelar, para a justiça e, se for o caso, com a destituição do poder pátrio. Precisamos estar cientes das implicações disso. Não são sinônimos: sexo é biológico, homem, mulher, masculino e feminino; gênero é a identidade, é como o indivíduo se enxerga e como ele explora a sua sexualidade. Por favor, por favor, cuidem quando forem usar esses temas. A ignorância é terrível e ela pode nos retroceder anos e anos até as trevas. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu acredito que há absoluto acordo com relação à grande parte do discurso do vereador. O que me parece que gera polêmica, e que é o ponto de fricção, é quando nós ultrapassamos essa fronteira para a questão do proselitismo, seja ele qual for, e se, de fato, muitos dos abusos – eu, como advogado, já testemunhei – podem acontecer no seio familiar, também muitos dos abusos podem acontecer em ambientes externos ao ambiente familiar. Então, essas duas questões têm que ser olhadas com cuidado, e a questão do proselitismo, qualquer que seja, deve ser evitado, para que não se faça também o outro lado: que se invada aquilo que deve ser uma prerrogativa da pessoa, na sua própria formação, ou o espaço que é da família. Eu acho que devemos respeitar o espaço da pessoa, o espaço da família e o espaço da escola. Se houver esse respeito de todos os lados, nós sequer nessa discussão estaríamos. Mas, no mais, eu tenho acordo com V. Exa. em praticamente tudo que disse. Quero saudar a presença entre nós, e é sempre bom receber os alunos do 2º ano do ensino médio da Escola do Sesi. Fui funcionário do Sesi por 10 anos, fui de estagiário até executivo da Federação das Indústrias, conheço bem o SESI, trabalhei no CAT, que é o Centro de Atenção ao Trabalhador. Sejam bem-vindos, alunos do Sesi, muito obrigado. Quero cumprimentar os alunos da Escola Arthur Aluizio Daudt, em Sapucaia do Sul. Sejam bem-vindos a Porto Alegre e ao nosso Legislativo Municipal. Espero que vocês aproveitem para conhecer aqui um pouco da discussão do plenário, como estão fazendo, e visitar o nosso salão de artes da Câmara de Vereadores, que está muito bacana, e eu tenho certeza que vocês vão apreciar bastante. Sejam bem-vindos. Quero saudar as professoras Karina Kunze, Josiane Machado, professor Ramon Vagner e o professor Thiago Safadi, e dizer que ao todo temos aqui 92 alunos. Mais uma vez, sejam bem-vindos vocês todos. Muito obrigado.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, me permita cumprimentar os estudantes, os alunos e as alunas, e dizer que este Parlamento é precursor da escola que sonhamos. A presença de vocês aqui, conhecendo a representação política, a diferença partidária, os momentos de decisão, os trâmites, é parte da formação humana, e nós apostamos nisso, na formação cidadã, democrática, libertária de cada estudante, de cada aluno e aluna para que possa ir interferindo cada vez mais na nossa vida coletiva e se

incluindo e se sentindo parte dela para que ela venha melhorando a sua e a de todos e todas. Nesse momento da Pauta, está em debate uma das nossas preciosidades de patrimônio, sim, Ver. Oliboni, eu o parabenizo. É um patrimônio histórico-cultural da nossa Cidade a companhia porto-alegrense de transporte, a Carris, seja pela história que ela cumpriu na vida dos trabalhadores desta Cidade e cumpre até hoje, pelo seu perfil público, pela sua gestão pública, sua imagem, seus símbolos, o amor que nós temos por ela, o protagonismo, a titularidade que ela tem nos avanços do sistema de transporte municipal. O formato, a história, a evolução, desde os bondes na cidade de Porto Alegre, ela é um patrimônio da nossa Cidade, um patrimônio que tem uma funcionalidade muito importante.

Quando o vereador quer consagrar em lei esse patrimônio histórico-cultural, quer fazer uma proteção da Carris, que não é exatamente um engessamento do espaço ou das obras que ali existem, que têm que ser avaliadas, das edificações que ali tem e têm que ser avaliadas no seu simbolismo ou na sua significância patrimonial. Até porque, na área da Carris, Ver. Oliboni, tem um prédio abandonado, um prédio administrativo que não tem nenhum valor patrimonial, histórico, que talvez venha a ser demolido pela irresponsabilidade dos governos que se sucederam, que paralisaram aquela obra, gastaram recursos da nossa empresa, e está lá um elefante branco sem uso. Assim como tem uma creche iniciada naquela área, apenas com a base, com o primeiro andar, também estamos perdendo recursos ali. Isso não vai ser tombado para nunca mais ser demolido. Estamos falando dum patrimônio imaterial e da área física a ser destinada a essa que é um instrumento muito importante para o controle da qualidade do transporte coletivo em Porto Alegre, para o avanço e experimentação de instrumentos de qualificação, sejam linhas mais eficientes, seja a forma de atender aos passageiros, seja a ergonomia dos ônibus para que eles sejam mais confortáveis, mais rápidos, tenham uma maneira inteligente de se deslocar e facilitar o deslocamento na cidade de Porto Alegre, como é a história da Carris. Infelizmente, a Carris vem sofrendo com gestões desastrosas, ela tem um déficit que é um déficit de gestão. Nesses dois anos, apareceu, inclusive, corrupção dentro da Carris, desvio de recursos, mas nós acreditamos muito nessa empresa e precisamos muito dela para balizar o sistema e para que o preço da passagem seja, de fato, correspondente a uma expertise que os governos tenham através da sua própria empresa. Então, eu entendo, Ver. Oliboni, que este seu projeto de lei vai

garantir isso, que a Carris permanecerá como um patrimônio nosso, que seja respeitada e que tenha investimentos que façam com que ela volte a ser uma empresa premiada como a melhor empresa do Brasil, como foi por três anos seguidos nas nossas administrações. Então, parabéns, longa vida à Carris, proteção à nossa empresa pública de transporte coletivo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente Valter, em teu nome quero cumprimentar os vereadores e vereadoras e o público que nos assiste. Quero agradecer ao meu Líder, vereador Mendes Ribeiro, por me ceder este momento da liderança. Cumprimento meus colegas de bancada, vereadores Cecchim, Carús. Ontem, tivemos aqui uma reunião conjunta da CECE e da CEDECONDH, que foi extremamente produtiva. Produtiva uma vez que pudemos trazer para a Casa Parlamentar, onde se tem a oportunidade efetiva de se fazer debates de políticas públicas, de fiscalização, enfim, de poder discutir uma pauta que estava relevantemente em todos os jornais e rádios aqui de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Foi o caso das manifestações político-partidárias de alunos dentro de algumas escolas privadas. Quero aqui fazer uma reflexão com os colegas: suponhamos que na escola dos nossos filhos, o professor de história seja um dos maiores fãs do presidente eleito Jair Bolsonaro. E na aula de história, esse professor ensina que o governo militar foi uma das melhores democracias e que fez muito bem ao matar comunistas. Por óbvio, os pais não gostariam de ver seus filhos sendo ensinados de uma forma errada, pelo lado que foi visto por algum dos pais. Quero dizer com isso que toda educação, por certo, é política, afinal, ocorre dentro da pólis, que vem do grego, que significa cidade, e ela visa à formação da civilização em cada educando, ou seja, ensinar matemática, língua portuguesa, química, filosofia, é desenvolver a civilização em cada estudante, por meio de um esforço que somente ocorre dentro da pólis que é a sala de aula. A educação emancipa o ser humano, e ela sempre vem como uma atividade política. Disso não há dúvida, há consenso em todas as falas, tanto dos pais que concordaram com as manifestações, como dos pais que não concordaram. Agora, eu

acho que nós vamos ter que desenhar, porque tem pessoas que distorcem aqui os encaminhamentos e as falas que são feitas. A Escola sem Partido nada mais é do que proteger o estudante, falando exatamente na liberdade de aprender que está assegurada no art. 206 da nossa Constituição Federal, e que compreende o direito do estudante a que seu conhecimento da realidade não seja manipulado para fins políticos, ideológicos, pela ação de alguns professores. Quero frisar que a maioria dos professores não se utiliza a condição de ter o aluno cativo em sala de aula para fazê-lo, mas tem alguns que assim o fazem. O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe a liberdade de consciência do aluno, por isso, o fato de um estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor, implica que esse professor não deve usar a sua disciplina como instrumento de cooptação político-partidária ou ideológica. Estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação por parte de alguns professores, cria condições para o *bullying* político e o *bullying* ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas. Em certos ambientes, um aluno que assuma publicamente uma militância ou uma postura que não seja a corrente dominante, corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas. E ontem nós tivemos aqui vários exemplos sendo ditos, e eu recebi também várias denúncias de alunos pedindo socorro, pois a doutrinação dentro das escolas e principalmente nas universidades são em demasia. Ou seja, nós, que defendemos a Escola sem Partido, defendemos o aluno, defendemos o dever do aluno em poder assistir uma aula sem estar sendo designado para um lado ou para outro. Os professores que são militantes e que estão inseridos no ensino são missionários da desgraça; falam em injustiça e entregam uma nova elite corrupta; falam em liberdade e entregam opressão e paredão; falam em sabedoria e entregam cartilha; falam em pluralismo e entregam histeria e sanção contra toda divergência; falam em prosperidade e entregam cartão de racionamento; falam em democracia e entregam um manjado totalitarismo de sempre; falam em amor e entregam filhos revoltados, chamando fascistas os seus próprios pais. Ora, eu resisti os 14 anos do PT no governo e sobrevivi. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Neste período de Pauta, um dos meus projetos está em 2ª sessão, o PLL nº 363/17, que tomba como patrimônio histórico imaterial e material do Município de Porto Alegre a Companhia Carris Porto-Alegrense e a área localizada na Rua Albion, 385, sua sede. Quero fazer algumas colocações que acho pertinentes; como a Exposição de Motivos que me levou a apresentar este projeto é extensa, vou fazer uma leitura em parte desta para os senhores perceberem do que nós estamos falando. Inicialmente posso dizer que aqui em Porto Alegre, por exemplo, aconteceu o tombamento da Usina do Gasômetro, hoje um excelente lugar, espaço público à disposição da sociedade. Aconteceu já, há um bom tempo, em Santa Catarina, o tombamento de uma estação ferroviária, onde hoje temos um museu da ferrovia. Por que não fazer isso com o patrimônio histórico da Carris?

E aí eu quero discorrer o seguinte: um dos grandes debates da sociedade é a prevenção do patrimônio histórico-cultural e ambiental das cidades, seja ele material ou imaterial. A história de um povo não pode e não deve ser suprimida pelo tempo, caso contrário estaríamos passando por cima da própria construção da identidade da Cidade ou da população. Nesse sentido é preciso afirmar que a Carris é um dos mais importantes patrimônios da história de Porto Alegre, é também a mais antiga empresa pública do transporte coletivo em funcionamento no Brasil. Fundada em 19 de junho de 1872, poucos dias após nossa Cidade completar cem anos, a Carris de Ferro Porto-Alegrense representou uma grande inovação para Porto Alegre, de 45 mil habitantes naquela época, que tinha, como principal meio de transporte coletivo da população, as maxambombas – quem lembra disso? É bastante distante, não é mesmo? –, espécie de gôndola pela qual a população poderia demorar um dia inteiro para chegar até o Centro de Porto Alegre.

Aos poucos, uma segunda empresa, que também era Carris Urbanus, fundada em 1893, cresceu ao sistema de transporte de linhas as linhas Moinhos, Floresta e Partenon. A Cidade se desenvolvia num contexto em que o transporte coletivo era um dos fatores da sua organização e expansão. A primeira linha regular da Carris entrou em operação em 5 de janeiro de 1873, praticamente sete meses após sua criação. A inauguração da primeira linha, a Menino Deus, foi motivo de festa para a Cidade. Aos poucos, uma segunda empresa, a Carris Urbanus, também implementava a ampliação desse serviço.

Com o advento da eletricidade, cujas experiências na Cidade iniciaram em 1895 a partir da usina termoelétrica, uma nova evolução estaria por vir. Em 1906, com a junção da Carris de Ferro e da Carris Urbanus, surgia a Companhia Força e Luz Porto-Alegrense. Tal empresa passou a ser a responsável tanto pelo fornecimento de energia quanto pela administração do transporte, agora elétrico, na Cidade.

E eu sei que o tempo está terminando, e eu levaria aqui, no mínimo, uns 15 minutos, apenas para dizer da importância desse projeto de lei, uma vez que estamos falando do patrimônio histórico dessa empresa. Até porque, há pouco tempo, o governo atual queria privatizar a Carris. Nós não podemos admitir que um patrimônio tão importante para a Cidade venha a ser extinto com a venda desse patrimônio público para uma empresa privada, à medida que ela não teria compromisso nenhum para manter esse patrimônio histórico da Cidade. E, mais do que isso, a Carris hoje é que baliza o preço do transporte coletivo, porque, senão, nós íamos, no que argumentam os empresários, a todo o momento ter o reajuste da passagem, não justificando a importância da empresa pública. E aí nós perderíamos o crédito de ter alguém que possa balizar esse valor e dizer com precisão que não há necessidade de aumentar a passagem no transporte coletivo em Porto Alegre. Por isso o tombamento do patrimônio da Carris como patrimônio histórico da Cidade creio ser de extrema importância. Por isso peço a colaboração e o apoio dos colegas vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereador. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Entendemos a reivindicação do Ver. Oliboni como justa. Agora, temos convicção de que a forma de salvar a nossa empresa de ônibus, a segunda mais antiga empresa de ônibus deste País, não seria fazer o seu tombamento, simplesmente tomar, como pede o vereador, como patrimônio histórico imaterial no Município de Porto Alegre. A forma que temos é de transformar a Companhia Carris em uma empresa viável. Somente isso, Ver. Oliboni, irá salvar a Carris. Nós temos prédios aqui em Porto Alegre, por exemplo, o ex-banco sul-brasileiro, Fin-hab, que hoje está na mão de uma multinacional espanhola, que é o Santander, que é tombado. Nós temos o

Hotel Magestic, que é tombado, está na mão de quem? Tombar o prédio não vai garantir que o serviço continuará sendo prestado à população de Porto Alegre. Nós temos o bonde tombado, e não temos o bonde circulando na cidade de Porto Alegre, como a gente tem em alguns bairros de São Paulo. Então acho que é muito além do tombamento, muito além de tombar, temos que garantir esse patrimônio histórico.

Aí eu volto à questão de alguns líderes; se viesse na escola a questão do tombamento, se viesse na educação, viesse na casa quando o pai e a mãe saem com o filho e mostram o valor histórico de um prédio, o valor histórico que existe, que se encontra dentro daquele prédio, o respeito às pessoas da melhor idade, acho que tudo isso é base de uma coisa que se discutiu agora de tarde aqui: a educação. Muitas vezes os pais transferem para a escola o seu papel. Muitas vezes os pais querem que a escola cumpra o seu papel de orientar, de mostrar, de ensinar, de mostrar para os seus filhos a realidade do mundo. Aí, as pessoas acham que é um HD em branco. Realmente não existe HD em branco quando a família não abre mão do seu papel, não existe HD nenhum em branco quando a família não abre mão do seu papel dizendo que esse papel é incumbência da escola; quando um pai, uma mãe, um avô, uma avó, quando a família como um todo cumpre o seu papel de orientar, de educar, de ensinar, e a escola o seu papel realmente é de levar o conhecimento, de levar a cultura para essa criança e para esse cidadão. Eu acho que esta Casa tem sido palco de muitas discussões.

Agora, voltando ao nosso tema de pauta, somente tombar, Ver. Aldacir Oliboni, não vai garantir o funcionamento da nossa empresa. Eu acho que somente tombar, como vários prédios tombados que temos na nossa Cidade e que hoje estão deteriorados, não resolve. O que vai garantir o funcionamento da nossa Companhia Carris é investimento, é fazer o que tem que fazer, aprimorar a nossa empresa, modernizar a nossa empresa e permitir que ela tenha a capacidade de competir com as demais empresas do Município de Porto Alegre. Eu acho que isso vai transformar a Carris e vai garantir o seu patrimônio, não sendo mais, daqui a pouco, um patrimônio que será tombado, mas não será um patrimônio do povo de Porto Alegre, como vários outros prédios que temos hoje na Cidade, que não pertencem a nós; pertencem a outros grupos, pertencem até a empresas multinacionais. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a oportunidade da discussão da matéria contida neste projeto de lei não pode ser maior do que a que nós estamos vivendo no dia de hoje, a discussão preliminar da Pauta. O que pretende o projeto de lei do nosso querido Ver. Oliboni? Pretende, através de um projeto de lei do Legislativo, que seja tombado como patrimônio histórico, imaterial e material do Município de Porto Alegre a Companhia Carris Porto-Alegrense e área localizada na Rua Albion, 385, sua sede. Essa é, singelamente, a proposição, ou seja, o objetivo como é recomendado numa boa técnica parlamentar.

Agora, Vereador, atrás dessa proposição simples e objetiva, há todo um espectro que precisa ser considerado no exame dessa matéria. Aliás, o parecer da Procuradoria da Casa diz que é de observar, contudo, conforme visto acima, integram ou constituem patrimônio cultural passível de reconhecimento e proteção bens e não pessoas. Nesse outro não nos parece possível o tombamento da pessoa jurídica Companhia Carris Porto-Alegrense. Nada impede, por outro lado, o tombamento do bem ou conjunto que pertencem à Carris, inclusive, o próprio estabelecimento, obviamente onde ela funciona. Essa colocação nos leva a uma discussão muito mais ampla, porque, obviamente, uma empresa jurídica de capital aberto, ainda que com predominância do capital público, pode, a todo o momento, ver modificada a sua estrutura e, com isso, modificada a estrutura acionária, alterar, por inteiro, o entendimento de todos os bens. Acho que foi nesse sentido que o Ver. Oliboni ingressou com emenda ao seu projeto, ingressada, há poucos dias, na Casa, no dia 31 de outubro do corrente ano, em que ele estabelece – alterando o *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 363/17, que já indiquei como sendo um documento de qualidade legislativa positiva, na medida em que, positivamente, diz o que quer – essa redação, buscando integrá-la ao raciocínio da nossa Procuradoria da Casa, estabelecendo que fique tombado, como patrimônio histórico material e imaterial do município de Porto Alegre, a área localizada na Rua Albion, 385, sede da Companhia Carris Porto-Alegrense. Sana o risco jurídico de impugnação e reabre o contexto da discussão.

Então, estou repetindo o que já disse anteriormente: redigir um projeto de forma concisa e objetiva, como bem recomenda a boa técnica legislativa, e, diante dessa situação, alterar a sua redação, manter concisa, mas olhando para outro viés, que não o que originalmente foi colocado. Não trata mais da empresa, mas sim dos bens da empresa. Então vamos discutir o assunto, não mais tratando da proposta original, mas, sim, as emendas trazidas por V. Exa, que, como autor, tem todo o direito e, mais do que isso, inteligentemente, acompanhou o raciocínio que criava um óbice jurídico de difícil transposição. Digo eu agora, não mais me refiro àquilo que foi dito pelos outros, ao se discutir... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Concluirei, Sr. Presidente, e voltarei a esse assunto, pela sua relevância, em outras ocasiões. Mas, ao discutir se é tombamento do bem, há que se fazer um exame de conveniência: será bom para a Companhia Carris ter tombados esses bens e, conseqüentemente, tê-los tornados indisponíveis? O tombamento acarretará ou não a necessidade de indenização da Companhia Carris pelo Município, o que é um verdadeiro paradoxo: o Município, que é majoritário na Carris, ter que indenizar uma empresa sua, como determina a lei que regula os tombamentos. Voltarei a esse assunto, com toda a tranquilidade, é uma grande matéria, uma bela proposição que merece, determina e impõe que esta Casa discuta com a objetividade devida. Meus cumprimentos, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uso a liderança do meu partido, o Solidariedade, para falar de um evento que ontem aconteceu na nossa Capital Federal, em que se comemoraram os 30 anos da Constituição Federal. Tem se ouvido muito falar, após o término do 2º turno das eleições, em cumprir a Constituição. Ontem se viu o presidente do Senado, o presidente da Câmara, o atual Presidente da República, o futuro Presidente da República falarem na nossa Constituição, esta Constituição que se preocupam tanto em cumprir, e acho que essa preocupação é constante na vida das pessoas, é constante no nosso dia a dia.

As pessoas falam nos direitos individuais, mas acho que isso, neste mundo moderno, não tem como não cumprir. Hoje, através das redes sociais, a própria China teve que permitir o cumprimento dos direitos individuais; a própria Coreia tem que permitir o cumprimento dos direitos individuais. Mas nós queremos ver, de fato, cumprirem a Constituição de 88 em seu art. 7º, seu art. 8º, que são os direitos fundamentais dos trabalhadores e suas famílias. Nós queremos ver a Constituição ser cumprida na questão dos juros. Os juros, neste País, são constitucionais, não são cumpridos pelo sistema financeiro que aplica o seu *spread* bancário. Nós queremos ver ser cumprida, constitucionalmente, a questão dos impostos, que são previstos na nossa Carta Magna, que faz 30 anos, lá em 88. E alguns que hoje se dizem preocupados até se negaram a assinar a Constituição, dizendo que a Constituição não representava os anseios do Brasil. Deveriam fazer essa autocrítica, hoje, que a Constituição é uma Constituição, de fato, democrática, que preserva os direitos individuais, preserva os direitos das pessoas, e eu acredito que isso, no nosso País, será preservado, os direitos individuais.

Nós queremos ver o direito constitucional de ter um salário mínimo digno e decente. Está lá na Constituição um salário mínimo que garanta para um pai a educação de seu filho. Um salário mínimo que garanta a um pai dar alimentação digna a seu filho. Está lá na Constituição que todo cidadão brasileiro tem que ser igual perante a lei, todo cidadão brasileiro! Está lá na nossa Constituição que todo cidadão brasileiro tem acesso à saúde universal, todo cidadão! Não tem que esperar cinco, seis ou sete anos por uma cirurgia. Não tem que esperar dois anos por um exame. Na nossa Constituição, está que a educação também é universal, que os pais têm assegurada a educação na formação no pré, na universidade, para seus filhos. Tudo isso são alguns temas constitucionais que, com certeza, nós gostaríamos de ver cumpridos. E temos convicção de que o Estado de Direito, o Estado Democrático de Direito, que os direitos individuais serão garantidos, cabendo a todos nós o direito à manifestação, o direito a credo, a nos reunirmos, nós não vivemos mais num período de barbárie, num período que já se passam quase 50 anos. Acho que vivemos num período onde a tecnologia não nos permite mais que sejam cassados os nossos direitos individuais.

Agora, o que nós queremos é que esses temas elencados aqui na nossa Carta Magna, que faz 30 anos, que o novo Presidente da República possa entregar ao povo brasileiro, que a gente possa ter esses itens, alguns deles levantados aqui, entregues à população

brasileira. Isso seria, pela vez na história deste País, nós termos um Presidente que honra e cumpra a nossa Carta Magna. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Valter, demais vereadores, vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, venho usar este período de liderança para falar de um requerimento que fiz de uma frente parlamentar. Essa ideia surgiu quando, no dia 5 de novembro de 2018, me deparei com uma reportagem do Jornal do Comércio: “Capital precisa de 1,7 bilhão para esgotamento sanitário”. Na reportagem da Isabella Sander, do Jornal do Comércio, ela entrevista o Bruno Pereira, sócio da empresa Radar Parceria Público-Privada. Nessa reportagem, fala que Porto Alegre precisa desembolsar R\$ 1,7 bilhão para oferecer esgotamento sanitário para todos os seus 1,4 milhão de habitantes até 2035. Em maio, o Ministério Público do Estado defendeu que a Prefeitura avaliasse concessão ou parceria público-privada para viabilizar as obras. Tendo em vista essa reportagem do Jornal do Comércio, sabemos que, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nós temos um projeto de lei de autoria do Executivo que trata de parcerias público-privadas no DMAE, justamente para tratar do esgoto em Porto Alegre. Sabemos que o município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, do secretário Bruno Vanuzzi, vai apresentar, nos próximos dias, um projeto para iluminação pública com lâmpadas de LED, através de uma parceria público-privada que vai passar por esta Casa, porque tem que ser aprovada pelos senhores vereadores.

Outro dia, como vereador da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, COSMAM, estivemos no Jardim Itu-Sabará, onde a população pede que seja canalizado melhor o esgoto daquelas casas. A COSMAM – inclusive o Ver. Aldacir Oliboni e o Ver. André Carús estavam lá presentes – discutiu como resolver esse problema do esgoto naquela região. Ele não tem tratamento, vai direto das casas para o arroio que passa, para o valão do Itu-Sabará. A gente sabe que o Município, pela escassez de recursos, Ver. Paulo Brum, pela falta de dinheiro público, inclusive falta para pagar os salários dos servidores públicos,

enfrenta uma certa dificuldade financeira, e ficam inviabilizadas obras de grande vulto na cidade de Porto Alegre. Temos regiões onde o esgoto tem apenas 30% de canalização; em outras regiões, também tem dificuldade de tratamento de esgoto.

A gente sabe que tem esse problema e outros diversos problemas. Sabemos que a Lei nº 11.079, do governo do Presidente Lula, em 2004, cria a possibilidade de parcerias público-privadas. Porto Alegre tem uma lei de 2005, que, infelizmente, pouco se usa, porque algumas pessoas ainda discordam. Eu, como defendo as parcerias público-privadas como uma forma de trazer serviços para a sociedade, para a comunidade, uma forma de resolver os problemas, principalmente, em função da escassez de recursos, e pela necessidade que nós temos de obras na cidade de Porto Alegre, fiz um requerimento pedindo uma frente parlamentar que, em breve, estará aqui no plenário, para que a gente possa votar e constituir essa frente para discutir e, no meu caso, apoiar as parcerias público-privadas. Para que se possa fazer a discussão aqui nesta Casa, trazer bons exemplos do que acontece, das parcerias público-privadas em Porto Alegre e no restante do Brasil, como a gente já tem apurado. Em Belo Horizonte, há várias parcerias público-privadas, como na Bahia, com o governo do PT. Então, queremos trazer esses bons exemplos para Porto Alegre para discussão nesta Casa e, dessa forma, conseguir atender as necessidades da sociedade, gerando também emprego e renda no nosso Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): (15h49min.) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Presidente, conforme antecipei na reunião de Mesa e lideranças, na manhã de hoje, reapresento o requerimento de votação da redação final do PLCE nº 007/18, que trata da instituição da Previdência Complementar no Município de Porto Alegre e que foi aprovado em plenário, sob o regime de urgência, no dia 06 de agosto de 2018. Portanto, solicito que a redação final do PLCE

nº 007/18 seja votada em plenário, nos termos do art. 113 § 2º e art. 94 § 3º, “g”, do Regimento.

Vereador Adeli Sell (PT): Eu tenho mais uma dúvida do procedimento do que qualquer objeção. A CCJ fez uma votação da proposição feita pelo Ver. Mauro Zacher, foi devolvida, portanto foi votada; não sei em que patamar está isso. Queremos primeiro a informação, para podermos decidir.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O recurso está na Ordem do Dia.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida: já estou no meu quinto mandato, quando entrei aqui se votava a redação final no plenário, mas faz muitos anos que não se vota mais, foi mudado o regimento. Por que o plenário tem que votar a redação final? Está no Regimento que o plenário não vota mais a redação final.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, antigamente, as redações finais eram aprovadas em plenário, como bem disse o Ver. João Bosco Vaz. Uma alteração no Regimento, *a posteriori*, retirou a obrigatoriedade de votar a redação final no plenário, mas foi mantida a possibilidade. A redação final vai para a CCJ, se no prazo regimental a CCJ não dá a redação final... Manteve-se no Regimento a possibilidade – agora está requerida pelo vereador – de voltar ao plenário, e o plenário, que sempre tem a última palavra, votar.

Vereador Adeli Sell (PT): Eu não ouvi bem. O requerimento é para o recurso ou para redação final?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Moisés Barboza, o senhor pode esclarecer? O senhor está requerendo que seja votado, em plenário, o recurso que foi para a CCJ ou a redação final?

Vereador Moisés Barboza (PSDB): É a redação final, Presidente. Nós tivemos esse projeto em regime de urgência aprovado neste plenário no dia 06 de agosto.

Vereador Adeli Sell (PT): A nossa compreensão na CCJ, até que provem o contrário, minha também, é de que nós devemos votar o recurso e, depois, a redação final.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Adeli Sell, eu não vou me prestar – não estou dizendo que seja o seu caso –, falo com toda a reserva aqui, a nenhum tipo de manobra que ultrapasse os limites do Regimento. Era mais do que razoável que esse assunto, desde agosto, tivesse sido enfrentado e votado na CCJ. Isso serve à oposição, ao governo e a qualquer vereador, o Regimento é o recurso pelo qual se garante a democracia da Casa. Se esse assunto não foi enfrentado até agora na CCJ, decorreu o prazo. Se o vereador requereu que seja votado em plenário, eu defiro o requerimento para que nós votemos a redação final do processo em plenário, porque o prazo da CCJ já se esgotou.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): Sr. Presidente, um esclarecimento: o que nós vamos votar agora é o requerimento do Ver. Moisés. Ele está fazendo um requerimento para votar a redação final. Nós vamos encaminhar o requerimento. Independente dos méritos, em aprovando o requerimento, tem que entrar na Ordem do Dia priorizado na Mesa e Lideranças, em 24 horas, 48 horas, qual a previsão regimental da redação final?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver.^a Fernanda Melchionna, uma vez votado o requerimento – esclarece o diretor –, é uma prerrogativa daquele que dirige os trabalhos e que tem a prerrogativa legal de definir o momento que será votado.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, eu só quero esclarecer definitivamente que esse requerimento, que foi apresentado anteriormente por escrito e também enviado para a própria CCJ, é para que o plenário, que é soberano, aprove a redação final de um projeto que foi aprovado por esta Casa no dia 06 de agosto.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Está compreendido e muito obrigado.

Em votação o Requerimento nº 090/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): Presidente, para colaborar: o que parece estar faltando neste caso é em relação ao efeito suspensivo do recurso do Ver. Mauro, isso que a presidência tem que determinar, no meu modo de ver.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O efeito suspensivo já foi enfrentado, e o Presidente já o fundamentou e o indeferiu. O efeito suspensivo é usado quando há grave ameaça à violação de algum direito ou à consolidação de alguma decisão, não me parecia ser isso. A CCJ teve todo o tempo do mundo para enfrentar essa questão, e agora assiste o direito ao vereador, sem o efeito suspensivo, de que nós votemos o requerimento.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barbosa. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Na verdade, Presidente, eu acho que é óbvio que nesse caso existe um risco, ainda sobre o efeito suspensivo, porque a matéria acaba sendo vinculada, embora tenha sido essa determinação da Mesa. Os servidores públicos municipais estão sendo chamados em concursos públicos, é verdade que muito poucos servidores diante da falta que existe de servidores no quadro. Recebemos aqui, por exemplo, um grupo da saúde que busca a contratação de técnicos em enfermagem, faltam mais de 300 entre o Hospital Presidente Vargas e Hospital de Pronto Socorro. À medida que alguns cargos estão sendo chamados, a questão previdenciária já entra. Então, é evidente que existe um risco de o servidor entrar, ser oferecida a ele uma previdência complementar, que está sob discussão, está *sub judice* a questão da diferença dos votos e o pedido de renovação do Ver. Mauro Zacher. Depois, há toda a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, foi resgatada por vários pares a questão das duas reuniões da comissão em que se discutiu o tema em relação ao pedido de renovação de votação. Esses servidores podem optar por um modelo que depois seja questionado judicialmente, ou, ocorrendo a renovação de votação, obter outro resultado. E essa questão do resultado tem o risco imediato para os servidores e também

um risco imediato ou grave à própria questão da saúde financeira do Previmpa. Vejam vocês que o projeto instituiu uma nova previdência, que poderia ter uma migração voluntária de quem está, depois, na prática, seria a única forma de complementar a renda dos novos servidores ingressantes.

O regime de capitalização, desde 2001, é superavitário, e bastante superavitário, e, à medida que pessoas que aderiram ao Previmpa possam migrar para esse novo plano, pode haver um déficit financeiro no Previmpa e também ter um problema de liquidez numa estrutura que, no mínimo, nos próximos quatro anos, terá um custo de R\$ 10 milhões. E esse custo de R\$ 10 milhões será arcado pelos cofres públicos municipais. Então, acho que há riscos no que diz respeito à instituição, à medida que sai a redação final, é evidente que esse sistema vai começar a ser gerido.

Enfim, tirando essa questão, queria fazer um pedido ao Vereador Presidente Valter, que submete à votação o requerimento que o Ver. Moisés fez, essa matéria é bastante controversa, é uma matéria que houve debate com a Cidade, é uma matéria que, obviamente, terá a atenção dos servidores municipais. Nós recebemos aqui o Terres, que é do Simpa, que colhe assinaturas para uma emenda dos vereadores com relação às previsões do funcionalismo. Mas é óbvio que uma nova votação desse tipo a categoria teria todo o interesse em acompanhar. Como a decisão cabe ao Presidente, eu gostaria de lhe pedir alguma antecedência para... Estou fazendo um pedido de público, sei que não está definindo, para que, depois da votação do requerimento, não se vote hoje, vote-se num prazo razoável para que a sociedade e os servidores públicos municipais possam acompanhar este tema tão importante, que trata da previdência; depois da votação do requerimento, obviamente o Presidente terá a sua definição.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu não vou interferir na sua fala porque é direito seu, mas a sua fala tratou de mérito, e nós não estamos tratando de mérito neste momento. E sequer eu poderia tratar de mérito, porque o mérito já foi enfrentado; houve a votação do projeto, e o plenário já se manifestou com relação ao projeto. O que vamos votar aqui é a redação final. Portanto, com todo o respeito, não procede, porque não vamos lotar as galerias novamente para discutir a votação do projeto, porque o projeto já foi votado, então não subsistem os argumentos, eu respeito, mas, de pleno, já digo que...

E me informa aqui o Diretor Luiz Afonso que, após nós votarmos aqui o requerimento, quando da votação da redação final, sequer cabem encaminhamentos.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidente, no meu entendimento, a CCJ não está se negando a aprovar a redação final. Ela aprovou um recurso de renovação.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Vereadora, já passou o prazo.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): O recurso de renovação não é anterior?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Já passou o prazo da CCJ, eu não tenho o que fazer.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Mas está na Ordem do Dia o recurso.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Se qualquer Comissão, no prazo regimental, não produz o resultado, se o vereador requer que seja...

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ela produziu, Presidente. Está na Ordem do Dia o recurso. Por que precede a votação da redação e não o recurso?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não há efeito suspensivo, vereadora.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Certo. Eu quero encaminhar pela oposição.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Valter, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara e também aqui nas galerias, Ver. Mendes, que presidiu a CCJ no ano passado, que continua na CCJ, acredito que nós não precisássemos estar passando por este momento aqui na Câmara Municipal de

Porto Alegre. Eu sou vereador de segundo mandato, mas há aqui diversos vereadores mais antigos: Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Aldacir Oliboni, Mônica Leal, João Bosco Vaz, que são da época em que o plenário votava redação final. Agora, não tem cabimento nenhum! Porque, depois de votado o mérito do projeto, a redação tem que ser aquilo que foi aprovado, aquilo que foi votado. E, lá na Comissão de Constituição e Justiça, quando existe algum erro de redação, aí logicamente tem que se fazer a correção. Não é o que aconteceu neste caso.

Esse projeto foi aprovado no seu mérito no dia 6 de agosto. Diz o Regimento, no seu art. 115, § 2º, que a redação final será elaborada dentro de três sessões ordinárias consecutivas. Então, esse ato protelatório aqui, que não tem precedentes nesta Casa, pode abrir precedentes de se começar, em relação a tudo que é projeto que é aprovado aqui e que não se concorda, a trancar na CCJ, e aí faz pedir que seja votada a redação final aqui no plenário. Não tem cabimento! Nós não estamos aqui tratando do mérito; nós estamos tratando do rito. Essa redação final já tinha que ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Não foi! Estamos encaminhando um requerimento, e é importante que se diga, o Presidente já falou, mas eu vou reforçar: depois, na votação, não cabe encaminhamento, porque vota “sim” ou “não”, não tem o que encaminhar. Aquilo que foi aprovado está dito ou não está dito na redação final. O mérito já foi tratado, inclusive numa sessão muito concorrida aqui, em que foram necessários 19 votos para a aprovação.

Então, nós estamos aqui chovendo no molhado, como também em outras coisas que estão acontecendo aqui nesta Casa, tipo o recurso de que, para um projeto ter aprovação, tem que ter agora 24 votos, quando são necessários 29! Recursos absurdos! Precedentes casuísticos que, em se consumando, vão abrir um novo momento nesta Casa. Qualquer projeto que precise de 19 vai passar a precisar de 24 votos para ser aprovado. E o projeto para o qual sejam necessários 24 votos? Vai precisar de 27, 28 votos para ser aprovado. Então, no meu raciocínio, nós precisamos aprovar o requerimento para que seja votada a redação final neste plenário, tendo em vista que a Comissão de Justiça até o presente momento não fez, descumprindo o Regimento desta Casa. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Vereador.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Eu tenho uma dúvida, Presidente, que é pertinente. No caso, numa hipótese de rejeição da redação final, qual o encaminhamento que se dá ao projeto?

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Vereadora, o projeto está aprovado. A redação final é feita pela Diretoria Legislativa, apresentada à CCJ, que aprova ou não. Se tem algum desacordo da CCJ, vai mandar para o órgão para refazer até ficar de acordo com o que foi aprovado aqui. Se a redação for rejeitada pelos vereadores, tem que dizer por que foi rejeitada, porque não está de acordo com o que foi aprovado pelo plenário. Se não estiver de acordo, volta, vai refazer a redação, e depois os vereadores vão ter que votar de novo, porque não tem como rejeitar o projeto, o projeto já está aprovado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Mauro.

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): Presidente, a redação final não foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para ser votada. Ficou trancada naquele recurso do Ver. Mauro Zacher...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Essa questão não me interessa.

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): ... em relação ao pedido de renovação da emenda. Então não votamos a redação da CCJ.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhores, o Regimento é claro e expresso, a CCJ tinha três sessões para analisar o recurso após a aprovação. Não respeitado este prazo, faculta a qualquer Vereador requerer o que o Vereador requereu. O Vereador requereu, nós estamos votando o requerimento. Se o requerimento for rejeitado, o processo não será votado, será respeitado o prazo da CCJ. Se o requerimento for aceito, quem vai votar o requerimento é o plenário.

Vereador Cláudio Janta (SD): Sr. Presidente, só para esclarecimento. A CCJ está cumprindo seus prazos. O que aconteceu é que em uma votação deu um placar, então teve que se redistribuir. Foi feito um novo relatório, deu outro placar. Redistribuiu-se novamente, e agora se deu um placar definitivo na CCJ. Só que, como o nosso Vice-Presidente falou, nós não votamos a redação final ainda. E eu quero dizer que o que se votou na CCJ não quer dizer que alguns membros da CCJ irão manter os seus votos aqui em plenário. Conforme o Ver. Cassio disse, nós vamos estar rasgando o que se fez até agora, tirando o papel da CCJ. Então, nós vamos trazer todos os projetos para o plenário, e aí acaba com o papel da CCJ.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado. Eu compreendo, Ver. Janta, e também não acho que se esteja tirando o papel da CCJ. Mais uma vez, estamos, simplesmente, respeitando o que o Regimento prevê. Ele faculta ao vereador esse requerimento. Se faculta ao vereador esse requerimento, eu tenho de deferir o requerimento, e o plenário é soberano. E é isso que nós estamos enfrentando. Ninguém está avocando ou retirando as competências da CCJ. O Regimento diz que a CCJ tinha três sessões. Se nesse prazo não foi atendido... Eu não estou nem entrando no mérito dos porquês dentro da CCJ; estou dizendo que cabe ao vereador, de acordo com o nosso Regimento, fazer o requerimento que fez. Ele fez, e, como a instância superior é o plenário, estou submetendo ao plenário a decisão.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Está muito claro o que se quer aqui. Eu proponho que se vá para a votação para ver o que se valoriza aqui: o voto dado ou as intrigas no caminho.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado. Ver.^a Sofia, agradeço, mas a senhora já fez todas as questões que tinha, a senhora já utilizou três vezes o microfone.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): O Mendes não teve resposta à Questão de Ordem...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu já respondi, vereadora: a CCJ tinha três sessões ordinárias para enfrentar essa questão. Já se passaram as três sessões, já está decidido.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que eu fui o único membro da CCJ que não relatou esse agravo. Eu quero dizer o seguinte: foi o jogo. Esses dias o Ver. Paulo Brum ainda me disse: “Ver. Janta, é o jogo”. É o jogo, o jogo foi jogado e acabou, encerrou o jogo. Não podemos, em cada votação nossa aqui, ter 24 votos, gente! Não podemos. Acho que o Ver. Márcio Bins Ely, que foi a pessoa que provocou essa discussão... E o Ver. Mauro Zacher fez isso a pedido do Ver. Márcio Bins Ely, que disse “Eu votei errado, votei equivocadamente”, mas várias vezes a gente vota errado, vota equivocadamente; agora, o jogo é o jogo. O jogo foi jogado, e acho que temos que encerrar o jogo, votar o relatório, votar esse relatório da CCJ, votar a redação final e acabou. Encerrou. Acho que chega.

Não podemos trazer a insegurança para este plenário, de começarmos a votar projetos e daqui a pouco não valerem mais nada: vou pedir revisão de projetos que eu não era a favor e foram votados e aprovados com 19 votos, projetos que não exigiam a maioria de 19 e que foram aprovados. Então, nós temos que ter um pouco mais de... Não vou dizer seriedade, porque acho uma palavra muito forte, mas nós temos saber até onde a gente estica a corda. Acho que chega de esticar essa corda, acho que nós temos que votar tanto o relatório quanto o projeto e encerrar essa questão. Se alguém, depois de votar, está arrependido, não podemos fazer mais nada. Os projetos estiveram aí, foram discutidos, foram debatidos, agora nós não podemos botar em jogo o que é mais sagrado neste plenário, que é o voto, o que é mais sagrado neste plenário, que é o Regimento desta Casa, e o que é mais sagrado neste plenário, que é nós podermos aprovar nossos projetos com 12 votos, podermos aprovar nossos projetos com 19 votos, senão vamos ter que fazer como os dois projetos, um do Ver. Cassio Trogildo, que está tramitando nesta Casa, está indo para a 2ª sessão, e outro do Ver. Camozzato, que encerrou a 2ª sessão na segunda-feira; todos os projetos deverão ter 24 votos, duas sessões de discussão,

duas sessões de votação, e assim nós vamos ter que começar a tocar nossa vida daqui para frente!

Então, como membro da CCJ, único que não relatou, nesse projeto teve membros que relataram, deram um relatório, depois voltaram atrás, deram outro, acho que nós temos que encerrar essa fatura e votar a redação final, mesmo que a CCJ não tenha dado o seu parecer em função de trâmites do Regimento, nós temos seus membros aqui hoje, acabamos de assinar algumas redações finais aqui, podemos assinar essa redação final e também eu acho que podemos votar os dois temas e encerrar essa fatura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Janta. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter, colegas vereadores e vereadoras, eu sugiro que os vereadores, antes de tecerem comentários sobre algumas comissões, verifiquem o seu funcionamento. A CCJ não tem projetos atrasados; era assim na gestão do Mendes Ribeiro, é assim na gestão do Thiago agora. Nós temos feito as reuniões para votar e decidir os projetos. Se tem algum responsável por uma semana de atraso, sou eu, porque eu mudei uma posição, porque o tema é complexo – o tema é por demais complexo, e aqui se discute a compreensão que se tem sobre determinados temas. Acontece que, em havendo um recurso, na minha opinião, fica suspensa a redação final, porque tem um recurso a ser votado. Esse é o procedimento, na minha opinião, que tem sustentação legal. Caso contrário, eu vou na linha do Ver. Janta, não seria necessário uma Comissão de Constituição e Justiça. Se alguém achar, ou alguém achava que houvesse uma demora exagerada nessa comissão – o tema é complexo – nada mais simples do que marcar, com o presidente da comissão para ir na reunião da comissão, na qual qualquer vereador, Moisés Barboza, pode ir, demandar e discutir. V. Exa. já fez demandas não só sobre este projeto, já fez sobre outros. Então, eu não vejo motivos de criar cizânia, de criar embaraços, de criar todo um ti-ti-ti sobre esse caso em especial. Eu confesso que nós fomos, inclusive, surpreendidos com a inovação e a tese do Ver. Mauro Zacher e sua

equipe. Eu até diria que é algo inusitado, e que me deixou, inclusive, algumas dúvidas, tanto que eu tomei uma posição de fazer uma revisão da mesma, depois. Eu pergunto: é crime rever a nossa posição? Não, não é, as pessoas podem mudar de opinião.

Então, isso vai ser discutido agora com tranquilidade. Eu não vou aceitar que se faça um julgamento de valor rebaixado de que sobre isso há uma disputa entre situação e oposição. Ver. Cecchim, eu fui mais do que claro e falei isso para o Mendes Ribeiro, e, numa das discussões, vou esclarecer aqui, acompanhei a posição do Ver. Mendes Ribeiro. Depois, analisando uma outra discussão, eu revi minha posição. Pergunto: é equivocado rever uma posição? Não, não é, porque aqui é o Parlamento, aqui se deve escutar todas as posições, todas as opiniões que existem sobre os diversos projetos. E a Comissão de Constituição e Justiça, pelo menos nesses últimos dois anos, tem se pautado basicamente – e por isso, inclusive, várias vezes, foi criticada injustamente – de tomar posições técnicas, eminentemente jurídicas, uma posição que toda Comissão de Constituição e Justiça deve tomar. Em alguns momentos, votamos pela inexistência de óbice jurídico legal, e aqui, no plenário, nós votamos contra o conteúdo. Isso, muitas vezes, as pessoas não entendem. Nós já tivemos debates aqui sobre projetos de servidores em que nos foram cobradas posições da CCJ, mas sob o ponto de vista da CCJ, o projeto era legal, era constitucional, tinha condições, tem condições de andar para frente, ir para as outras comissões, procurem quantos projetos. Eu tive um projeto e um dia fui ver estava há seis meses numa Comissão, eu que me passei. Então, vamos analisar todas as Comissões, e acho que a CCJ tem sua razão de existir, deve continuar no tranco e no jeito que está agindo até esse momento porque acho que não houve manobras, na minha opinião, não houve manobras, é uma questão complexa. Eu aqui já confessei que mudei de opinião sobre esse tema. Por isso, se tem algum responsável por uma semana, sou eu e assumo a minha responsabilidade porque acho melhor atrasar uma semana do que fazer coisas erradas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Adeli.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Sr. Presidente, eu não sei se cabe ou não, mas quem causou tudo isso não está aqui, o Ver. Márcio Bins Ely; e quem recorreu, o Ver. Mauro

Zacher, também não está. Será que não podemos transferir para segunda-feira, para que os dois estejam aqui?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu não quero constranger ninguém, mas isso tem um cheiro chamado “eleições”. Eu queria dizer para os meus colegas que as eleições passaram, vamos voltar ao bom senso, sem demagogia e vamos fazer aquilo que manda esta Casa: sermos coerentes. Vamos aprovar este relatório definitivamente hoje.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Vereadores, tem um brocardo latino que é muito conhecido nos meios jurídicos que é “*dormientibus non succurrit jus*”, o direito não socorre aos que dormem. Se o vereador é o autor do requerimento, é de interesse dele estar presente no plenário, não é responsabilidade dos demais 35 vereadores nem do Presidente. Portanto, exaurida a discussão, feitos os encaminhamentos, eu coloco em votação.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Informo que não cabe encaminhamento na redação final, conforme já tinha sido anunciado anteriormente, de acordo com o art. 173, § 3º, que diz: “Anunciada a votação, com a presença absoluta dos vereadores, o autor, os líderes de bancada, o vereador por ele indicado, poderão encaminhá-la pelo prazo de cinco minutos, sem aparte” – esse é o *caput* geral. Porém, no § 3º diz o seguinte: “Não cabe encaminhamento de votação de Redação Final”.

Sob pena de prática de crime de adulteração de documento público, falsidade ideológica e uma série de outras tipificações do nosso diploma penal, substantivos que incidem sobre a pessoa do nosso diretor legislativo, caso assim ocorra, eu afianço que a redação final está rigorosamente de acordo com a técnica legislativa que sempre presidiu o trabalho da diretoria legislativa.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a redação final do PLCE nº 007/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 16 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Declaração de voto. A nossa votação não tem a ver com a correção da redação final; é uma votação contrária política; contrária ao projeto.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. A senhora pode juntar, mas isso...

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Tenho confiança absoluta na DL e na sua redação.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu aceito, mas é inoportuno, porque, na verdade, isso foi discutido...

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Não é inoportuno, porque V. Exa. se referiu à DL. Vossa Excelência apensou o texto, e não é inoportuna uma vereadora esclarecer que não votou contra o texto, a forma e, sim, ao projeto novamente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sim, eu entendi o que a senhora disse, que a senhora votou contra o projeto, mas isso foi discutido lá em agosto, não foi agora. Nós não estamos discutindo o projeto.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Mas essa é uma liberalidade da vereadora, com certeza.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Também é minha liberalidade dizer a senhora que é inoportuna porque não estamos discutindo isso, já passou, foi em agosto. Obrigado, vereadora. Não estou cerceando a sua palavra, estou pedindo que a senhora junte a declaração, por favor, e não tumultue a nossa sessão, que está indo muito bem, vereadora.

Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 201/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, na sessão passada, Ver. Cassio Trogildo, eu tive o privilégio de estar presidindo a sessão e não tive o prazer de discutir o seu projeto, que eu considero de extrema relevância para garantir a preservação da zona rural da nossa Cidade e a possibilidade de as pessoas virem investir numa questão que vem enriquecendo algumas cidades no mundo, que tem uma região habitacional semelhante à nossa e que conseguem ter, num centro urbano, uma zona rural. Se nós tivermos essa segurança da manutenção da nossa zona rural, poderemos, com certeza, transformar não somente a questão de produção, pelo que é conhecida a nossa zona rural da nossa Cidade, a fruticultura, mas também uma grande atração turística não somente da cidade de Porto Alegre, mas também do nosso Estado, por ter, dentro de uma metrópole, uma região rural como a nossa, que nos permite deslumbrar uma paisagem magnífica, que as pessoas teriam que viajar quilômetros e quilômetros para ver, dentro da nossa Cidade, dentro da nossa metrópole. Então eu quero dizer que esse seu projeto que altera a nossa Lei Orgânica exigindo a necessidade de dois terços dos pares desta Casa para mudar, para fazer alguma coisa dentro da zona rural, conta com o nosso apoio, com o nosso voto e trará muito mais desenvolvimento e segurança para a área rural da nossa Cidade. Estamos enaltecidos, pois esta Casa trará essa segurança aos produtores da nossa Cidade, podendo permitir que essa região se desenvolva na questão do turismo. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, Ver. Cassio Trogildo, não é sem um pouco, assim, de um certo grau de emoção que venho

comentar o tema, porque, coincidentemente, nesse fim de semana, fui fazer um acampamento para casais na Zona Sul de Porto Alegre, um retiro, e eu simplesmente estava com aqueles companheiros, no ônibus, muita gente de fora de Porto Alegre, que ficaram estupefatos com a beleza da nossa zona rural lá na nossa Zona Sul.

Então, Porto Alegre é uma das raríssimas capitais do Brasil que tem uma zona rural de verdade, que é importantíssima para o nosso turismo, como foi falado aqui pelo Ver. Cláudio Janta, importantíssima para o equilíbrio ecológico, para esse bem-estar da população de Porto Alegre.

E eu quero subir a esta tribuna para mostrar a minha simpatia ao projeto do Ver. Cassio Trogildo, que eleva, na nossa Lei Orgânica, para a maioria qualificada de dois terços, para que possamos, nesta Casa, alterar as dimensões da zona rural de Porto Alegre. Isso vai trazer mais segurança para a população de Porto Alegre, porque, qualquer alteração nesse belíssimo patrimônio desta Cidade, só será feito depois de muita discussão e chegado quase ao um consenso desta Câmara, porque, com a maioria qualificada de dois terços, é materialmente um consenso, uma concórdia política acerca do bem comum. É muito difícil que dois terços dos vereadores, tendo discutido tanto, errem tanto acompanhado. Então, traz muita segurança para a nossa Cidade e para esse patrimônio maravilhoso que é o nosso meio ambiente e a nossa zona rural. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aproveitar a discussão do projeto do Ver. Cassio Trogildo, que é inteligente, oportuna e boa para a Câmara e para zona rural de Porto Alegre. Estamos na época, Presidente Valter – V. Exa. e eu já fomos tantas vezes lá, como todos os secretários da Produção, Indústria e Comércio foram na Zona Sul –, da colheita do pêssego, que aconteceu ontem, parece-me, aqui na Zona Sul de Porto Alegre. Nós todos nos orgulhamos da produção de pêssego, da qualidade do pêssego da nossa região da Zona Sul de Porto Alegre, que é uma beleza. A festa que acontece lá na Vila Nova todos os anos é uma coisa que nos dá orgulho pela produção, pelo cuidado, pela beleza, pela

gostosura do pêssego de Porto Alegre, pêssego de mesa mais gostoso do Rio Grande. Os nossos produtores rurais merecem todo o nosso carinho, todo o nosso aplauso e principalmente merecem ter a certeza de que podem plantar, porque uma árvore não se planta hoje para colher hoje ou amanhã, a gente planta árvore hoje para colher depois de amanhã, no mês que vem, no ano que vem, daqui a cinco anos. Este projeto que estamos discutindo aqui, Ver. Cassio Trogildo, dá esta segurança. Aliás, eu queria cumprimentar o Ver. Pujol, que foi o último que aprovou, com 19 votos, alguma coisa sobre a área rural. E, a partir de agora, nós temos que ter dois terços, uma discussão muito acalorada para se mexer na área rural de Porto Alegre, que já diminuiu muito. É um pulmão verde produtivo a área rural de Porto Alegre. Deverá continuar assim, para que possamos nós ir à colheita do pêssego, seguir nos caminhos rurais, passar na Festa do Pêssego, lá na Av. João Salomoni, naquele pavilhão que tivemos a oportunidade de construir quando secretário da Indústria e Comércio, chamado de “Ervinho Besson”. O nosso Ervino Besson, dá saudade do Ervino e do Vereador Ervino, imagina a região dele lá, onde ele tão bem representou. Nós queremos aqui, Ver. Cassio Trogildo, com este projeto, homenagear os vereadores que fazem isso com muita responsabilidade e votarão este projeto com responsabilidade, homenagear os produtores que terão segurança, homenagear aqueles que lutaram pelos produtores, principalmente, agora uma homenagem ao nosso ex-Vereador Ervino Besson, que tanto cuidou da zona rural de Porto Alegre, da Zona Sul e dos produtores rurais de Porto Alegre. Um grande abraço a todos os produtores que produzem frutas, que produzem hortaliças, que criam – lá na área rural de Porto Alegre – e mantêm um pulmão verde produtivo. Parabéns, produtores! Parabéns a todos nós que votaremos, agora, daqui a pouco ou na segunda-feira, o projeto que exige dois terços da Câmara de Vereadores para fazer qualquer mudança na área rural de Porto Alegre, que será muito difícil mudar a partir de agora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Cassio Trogildo, subo a esta tribuna para confirmar o meu voto em

apoio à sua iniciativa e dizer que, na prática, a zona rural nunca deixou de ser a zona rural, pois os produtores continuaram lá, empreendendo, trabalhando, plantando, colhendo, abastecendo a população, mas sempre na insegurança, porque 19 votos, fazendo uma articulada na Casa, eles conseguem. E, na realidade, nunca esta Casa deveria ter terminado com a zona rural. O que aconteceu? A administração popular terminou com a zona rural, eu penso que foi com a intenção de cobrar IPTU. E passado esse longo tempo de insegurança dos produtores, de quem têm propriedade lá, se sabe que a Prefeitura nunca cobrou e nunca conseguiu cobrar R\$ 1,00 de IPTU. Nunca! Foi um projeto aprovado aqui, foi um projeto que passou por esta Casa e que apenas trouxe, como eu disse, a insegurança, porque o objeto dele, que era arrecadar IPTU, porque o ITR era baixinho, barato, mas os produtores pagavam, principalmente na transferência ou venda de alguma parte da propriedade ou da propriedade toda, ia ao cartório e o cartório cobrava, e o produtor pagava. Então com a alteração, agora, do número de votos, precisaremos de 24 votos para qualquer alteração, é a segurança que o empreendedor da zona rural precisa. A tranquilidade de que ninguém mais vai alterar ou acabar com a zona rural, pois foi um erro desta Câmara querer substituir o ITR pelo IPTU e nunca conseguir cobrar o IPTU. Hoje estamos, então, depois de recomposta a zona rural, dando um grande passo, através deste projeto do Ver. Cassio Trogildo, que é ligado aos produtores, que trabalha em defesa dos produtores daquela região, que mora naquela região, que conhece as dificuldades do que é empreender na zona rural. Então, através deste projeto nós vamos dar o equilíbrio e a segurança que os produtores e empreendedores precisam para progredir e fazer com que a zona rural cresça cada vez mais. Eu, sinceramente, nunca tinha visto uma cidade sem zona rural. Toda cidade tem uma zona rural, até o Rio de Janeiro tem zona rural, São Paulo tem zona rural, só Porto Alegre não tinha zona rural, no papel, porque a zona rural nunca deixou de existir, a produção continuou. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Bosco. Solicito que a Ver.^a Mônica Leal assuma a presidência por uns momentos.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde Presidente Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Nesta 2ª sessão de discussão deste PELO, queria, primeiramente, agradecer aos vereadores que, na 1ª discussão de Pauta, fizeram o uso da palavra para apoiar esse projeto e, em especial, aos vereadores que, hoje, já, até esse momento, discutiram, antes dessa minha participação, o projeto, tais como o Ver. Cláudio Janta, Ver. Wambert que pegou bem esta alteração que trabalha com a questão de mudar o quórum. Realmente, não tornam impossíveis alterações, mas as alterações futuras terão de ser, praticamente, consensuais. V. Exa. pegou bem o espírito do que está sendo proposto. O Ver. Idenir Cecchim fez diversas referências ao querido e falecido Ver. Ervino Besson que, inclusive, deu o nome ao Centro de Eventos da Vila Nova, onde acontece a Festa do Pêssego. Eu nasci na Vila Nova, ali na Vicente Monteggia, e a zona rural vinha até ali. Eu brinco com o Paulinho, quando vou lá no Extremo-Sul, eu lembro que a Vila Nova, há cinquenta ou quarenta e pouco anos, tinha essa configuração. Era uma zona de produção primária. O meu pai que, talvez, esteja nos assistindo, que vai fazer 81 anos agora em dezembro, é contador de formação e fazia o imposto de renda para o produtor rural. Era uma folhinha amarelinha, eu me lembro, eu era muito criança ainda, era obrigatório, pois o produtor rural tinha de declarar a renda; era um papelzinho amarelinho e era obrigatório que se fizesse. O meu pai trabalhou muito com esse pessoal da produção rural da Vila Nova que, depois, com o crescimento da Cidade... Quando eu era pequeno, nem água do DMAE tinha. Lembro que era água de pipa, e a luz vinha até a esquina e, dali, era puxada. Então, a zona rural era uma grande extensão da Cidade que foi se expandindo, e a produção rural mesmo até existe um pouco ainda na Vila Nova, no Campo Novo, mas a zona de produção primária ficou, desde o Plano Diretor de 1999, Bertaco, que trabalhou como coordenador dessa área dentro da Prefeitura, e o Ver. Dr. Goulart foi secretário, como foi também o Ver. Idenir Cecchim e o Ver. Valter Nagelstein, da antiga SMIC, que cuidava dessa área da Cidade. Então, ficou no encaminhamento da nova zona rural, Ver. Adeli Sell, 8,23% do território. E acho que esse território, que é lá no Extremo-Sul, e quando veio para cá o projeto propusemos uma comissão especial, Ver.

João Bosco Vaz, tem que ser preservado para a atividade primária. Se nós não fecharmos a porteira, e disse isso aqui quando tratamos do projeto do Ver. Reginaldo Pujol, e eu, inclusive, encaminhei favoravelmente e disse que não era para abrir a porteira, Ver.^a Comandante Nádia, era para fechar a porteira, que aqueles que tinham precedência, que tinham encaminhamentos, deveriam ser aprovados, mas que as próximas alterações fossem não impossíveis, Ver. Paulo Brum, mas extremamente dificultadas. Por quê? Porque essa zona precisa, lá está a segurança alimentar da cidade de Porto Alegre, se tivermos uma catástrofe aqui, nós temos condição de produzir todo o nosso alimento na cidade de Porto Alegre, sem contar a questão ambiental de preservação da entrada dos ventos da Lagoa dos Patos, que geram uma sensação térmica e uma qualidade térmica para a nossa Cidade que não pode ser desconhecida, que não pode ficar à mercê, Ver. André Carús, da expansão da Cidade, que tem toda uma zona ainda rarefeita, até chegar na zona rural, para ser tratada, Ver. Moisés Barboza.

Então, eu fico muito grato até este momento, não é algo fácil aprovar uma emenda à Lei Orgânica do Município, são duas sessões de discussão, duas sessões de votação com interstício de dez dias, a primeira será na segunda feira, hoje pedi na reunião de líderes, será o segundo projeto da segunda-feira, e precisamos 24 votos, senão o projeto já é arquivado na primeira votação. Então, precisamos aprovar na segunda-feira com 24 votos e, depois, com no mínimo um interstício de dez dias, Ver. Mendes Ribeiro, proporemos a priorização para uma segunda votação para, então, haver a promulgação, e o quanto é importante uma emenda à Lei Orgânica, que nem passa pela sanção do Executivo, ela é diretamente promulgada pela Casa, que está alterando a lei maior do Município de Porto Alegre. Neste primeiro momento, queria agradecer a todos, ainda estou conversando com a maioria das bancadas para que possamos construir os 24 votos necessários da primeira votação de segunda, e depois, mais 24 votos numa segunda votação ainda a ser marcada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, meus caros vereadores, vereadoras, meu caro vereador proponente, Cassio Trogildo, em boa hora vem essa sua proposição, Ver. Cássio – em boa hora! No momento em que alguns querem fazer terra arrasada, juntar o Ministério da Agricultura com o Meio Ambiente, vem em boa hora essa proposição, e qualquer mudança, haver a necessidade de 24 votos, ou seja, nós não teremos condições, em Porto Alegre, do dia para a noite, por alguma pressão, por algum *lobby*, por algum interesse particularista devastar uma área rural. Pelo contrário, eu diria, inclusive, aprovado o projeto do Ver. Cassio, nós deveríamos montar um seminário com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Porto Alegre, Ver.^a Comandante Nádia, de fazer uma proposição de fomento à agricultura sustentável no Município de Porto Alegre. Quando eu falei agricultura sustentável, eu estou falando esta palavra porque ela tem várias dimensões. Ela pode ser totalmente orgânica, ou de pequenos produtores, que, às vezes, não têm condições de livrar a sua terra de alguns produtos químicos, etc e tal, portanto, vai demorar a ter uma produção orgânica. Eu lembro, inclusive, Camozzato, não sei se V. Exa. conhece essa situação, nós temos pescadores no Belém Novo, que têm uma articulação e uma produção caseira de produtos oriundos da pesca.

O Centro Agrícola Demonstrativo, Ver. Prof. Alex, na Lomba do Pinheiro, tem 33 hectares de terras. Infelizmente, as últimas gestões os secretários não colocaram os pés na Lomba do Pinheiro para ver o que é o Centro Agrícola Demonstrativo. Pessoas foram se aposentando, ainda restam, felizmente, os quatro servidores da Emater, se não me falha a memória, são quatro que têm essa parceria. Não sei se ainda resiste, só se foi reposta recentemente, a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde tínhamos uma parceria incrível de produção: tomates rasteiros, hibiscos, estévia. Inclusive, uma das pessoas que foi incubada no Centro Agrícola Demonstrativo da Lomba virou um dos grandes produtores de estévia na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ver. Alex, V. Exa. que é biólogo, que antes nos deu uma aula brilhante aqui, queria falar com o Paulinho Motorista, que é da Zona Sul, que é do Belém Novo onde tem essa comunidade, que ele deve conhecer muito melhor do que eu, de pescadores que produzem, inclusive artesanalmente, nessa área, nós temos que aprovar não só o projeto do Ver. Cassio Trogildo, como incentivar um programa de fomento à agricultura sustentável em Porto Alegre. É o momento nosso, é o momento privilegiado, diria mais, isso pode ser feito com a Emater. Ver. Sofia, V. Exa. que hoje teve uma reunião com o

Governador do Estado, quem sabe, com uma nova gestão na Emater, a gente não consiga fazer com que tenhamos um verdadeiro pulmão verde em Porto Alegre, que possamos ter as paredes verdes, um projeto meu que muda inclusive o Código de Edificações, que faz uma proposição de incentivo aos muros verdes. Nós podemos ter plantações de frutas, nós podemos ter plantações de frutas em espaço público. Quem for para Belém do Pará sabe que muitas árvores das ruas são árvores frutíferas, e não é a única cidade, existem outras. Nós aqui temos muitas árvores de rua, mas que são exóticas, que causam gravíssimos problemas e quem sabe é o grande momento de uma reestruturação verde na cidade de Porto Alegre. Acho que a Câmara, num bom momento, numa quarta de tarde, no mês de novembro, ainda no calor de um resultado eleitoral, estamos discutindo um importante projeto que vai ter uma trava para que não sejam demolidos as árvores, os verdes e os encantos da nossa Cidade. Portanto, votarei favoravelmente, e continuaremos o debate sobre o tema.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PELO nº 003/18.

Em discussão o PLL nº 089/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Vereador André Carús (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 013/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 013/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 013/18 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 013/18. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadoras e vereadores, de maneira muito rápida, aqui na discussão, quero fazer referência a este projeto e pedir o apoio de todos, porque nada mais é que uma lei municipal que prevê o aprofundamento dos mecanismos de transparência do Município, que virá em benefício do cidadão, sem dúvida alguma. Já votamos e aprovamos matérias nessa mesma direção, que têm por base a ampliação da transparência pública. O próprio Ver. Mendes Ribeiro, que é o Líder da nossa bancada, em conjunto com a Ver.^a Fernanda Melchionna, aprovamos um importante mecanismo legal, o qual aprofunda a transparência no Município. O Ver. Professor Wambert é um dos colegas que também se ocupa da discussão permanente sobre o papel da EPTC, sobre o nível elevado ou não das multas que são aplicadas pelo órgão. Enfim, existem recursos previstos, inclusive, na legislação federal, no Código Nacional de Trânsito, que é vigente desde o final da década de 1990, já carimbados, diz que boa parte dos recursos, que é arrecadada com as multas aplicadas pelos órgãos locais de trânsito, deve, fundamentalmente, servir para educar o mau motorista. O financiamento para a educação no trânsito deve sair, sim, dos recursos que são oriundos das multas. E nós também podemos aqui fazer uma reflexão: dos dois últimos anos para cá, nós tivemos, percentualmente, uma elevação importante no volume de multas aplicadas e, por consequência, dos recursos que foram arrecadados por conta dessas multas. Por essa razão, hoje nós temos no Portal Transparência, da Prefeitura, dados globais, dados gerais apenas daquilo que é oriundo das multas de trânsito, mas, no entanto, não sabemos efetivamente e mensalmente onde esses recursos são aplicados.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador André Carús, eu queria parabenizá-lo pelo projeto. Quero aproveitar este momento – e espero que seja votado pela unanimidade dos pares – para dizer que todos se questionam sobre o montante dos recursos arrecadados nas multas, e muito mais do que isso, para onde vão esses valores. Eu não tenho dúvida – eu já recebi várias

sugestões de pessoas – que não é problema pagar a multa, mas se esses recursos estão indo para reduzir a tarifa de ônibus, para ter a educação para o trânsito, para desenvolver o plano cicloviário, é uma garantia para o cidadão que o seu dinheiro está sendo bem utilizado, mas, infelizmente, a falta de transparência nos dá uma péssima convicção de que boa parte desses recursos não está indo para a educação para o trânsito. Então, eu acho que vem em boa hora o seu projeto, parabéns, conte com os votos da bancada do PSOL.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda. É justamente esse o objetivo que possui o projeto. Nós queremos que, além de nós, vereadores, a população, a sociedade nos ajude a fiscalizar a aplicação desses recursos. Nós precisamos saber que, além das dificuldades que nós temos do orçamento público de um modo geral – até o dia 10 de dezembro votaremos a proposta de lei orçamento para 2019 –, a EPTC é uma empresa pública, e por ser uma empresa pública, Ver. Cecchim, precisa ter os seus mecanismos de transparência cada vez maiores. Porto Alegre foi premiada, inclusive, pelo Ministério Público Federal, ainda na gestão passada, do prefeito Fortunati e do vice-prefeito Sebastião Melo, como a capital mais transparente do Brasil, por ter feito a opção dos dados abertos. Então, nós precisamos fazer com que este projeto seja aprovado e posteriormente sancionado pelo Sr. Prefeito e implementado para que a Câmara Municipal e a sociedade fiscalizem a correta aplicação dos recursos oriundos das multas de trânsito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 013/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, há anos nesta Cidade eu tenho batido na tecla da caixa-preta que é a EPTC. O cidadão de Porto Alegre não quer mais conviver com a EPTC. É uma empresa pública que, ao mesmo tempo em que administra o trânsito e a mobilidade da nossa Cidade, é uma empresa. Há uma precariedade jurídica porque não tem poder de polícia. E recebemos, recentemente, nesta Casa, o presidente da empresa falando do gigantesco aumento do

volume de receita de arrecadação da empresa, em razão das multas. Essa crítica que eu faço à EPTC não é de hoje. Há muitos anos, em Porto Alegre, essa empresa e os seus agentes trocaram o apito pela caneta. Claro que foi a despeito e com o pretexto de dizer que agente de trânsito não é babá de maus motoristas e, com isso, nós concordamos. A função de orientar o trânsito não é apenas punir e tirar proveito da infração, a transparência é fundamental, sobretudo, numa cidade em que se busca o bem comum e o bem de todos, não pode uma empresa pública torcer que se cometa infração para, assim, arrecadar. Tem que se coibir, e se coibi a infração orientando o trânsito, antes de punir.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para dizer que vamos acompanhar a posição do nobre proponente, Ver. André Carús.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Muito obrigado. E essa é a nossa indicação na nossa discussão. Então, com esse volume gigantesco de multas arrecadadas, é necessário que o cidadão que raramente tem o recurso provido, aliás, você que está nos assistindo pela TVCâmara, você que está nas redes sociais, quero fazer um justo desafio: se você já teve algum recurso provido numa JARI, que me comunique, que me indique o número do processo, porque eu vou fazer justiça e vou dizer: “Olha, esse processo, esse recurso foi provido”. Porque eu não conheço nenhum cidadão de Porto Alegre que tenha recorrido de uma multa e que tenha levado o recurso – não conheço nenhum. Então, para que possa fazer justiça à EPTC, você vai às redes sociais, ou encaminhe para o meu *e-mail* da Câmara, dizendo: “Olha, o meu processo foi o número tal, e o recurso foi provido” – isso é raríssimo acontecer.

Então, nós temos que apoiar esse projeto do Ver. André Carús, porque é necessário que o cidadão de Porto Alegre tão achacado pela EPTC saiba para onde o dinheiro da sua multa está indo e onde está sendo aplicado, inclusive o volume desses recursos que é simplesmente gigantesco. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): Sra. Presidente, eu só queria pedir aos colegas que aprovem esta emenda em que eu só troco a expressão “obriga” pela expressão “estabelece”. Só peço o apoio dos colegas para que esta emenda seja aprovada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 013/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

Em votação o PLL nº 013/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Dr. Thiago solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 12 a 14 de novembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 030/16 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h21min)

